

Governo manda ministérios liberar lote extra de emendas a fiéis à reforma

Ranier Bragon, Thiago Resende e Thais Arbex

BRASÍLIA O governo abriu nesta quarta-feira (26) o sistema digital de vários ministérios para liberar lotes extras de emendas a deputados que aceitarem votar a favor da reforma da Previdência.

Pelo acerto, confirmado pela *Folha* com vários parlamentares, serão R\$ 10 milhões a mais por congressista que apoiar o governo na comissão especial da Câmara e outros R\$ 10 milhões extras no plenário.

O presidente Jair Bolsonaro sempre criticou o que chama de "toma lá dá cá" na relação com o Congresso Nacional.

A abertura do sistema nos ministérios significa, tecnicamente, dar acesso remoto aos congressistas e prefeitos às rubricas específicas em que eles podem direcionar verbas do Orçamento.

Esses recursos podem ser destinados a obras e investimentos em redutos eleitorais, como recapeamento de ruas, construção de quadras esportivas e creches.

Com a abertura do sistema, deputados podem destinar recursos para ações de fomento da agricultura, de saúde e de educação, entre outras.

Normalmente, cada congressista já tinha direito a apresentar R\$ 15,4 milhões em emendas ao Orçamento de 2019, que é um valor de execução impo-



sitiva, em quase sua totalidade.

A verba, cujo processo de liberação começou nesta quarta, é um dinheiro extra, que vinha sendo oferecido pelo ministro Onyx Lorenzoni (Casa Civil) como moeda de troca pelo apoio dos congressistas.

A Casa Civil afirma que a abertura do sistema e o calendário para cadastramento de emendas parlamentares é escolha de cada ministério.

Inicialmente, conforme a *Folha* revelou, a oferta era de R\$ 10 milhões extras por ano, por parlamentar fiel, até 2022. A maioria dos partidos, porém, considerou que o Planalto, uma vez aprovada a reforma, não cumpriria a promessa nos anos seguintes.

Com isso, a gestão Bolsonaro dobrou a oferta, oferecendo um extra de R\$ 10 milhões

por semestre, não mais por ano. O valor total pode chegar a R\$ 40 milhões, conforme antecipou o Paniel, da *Folha*.

Mesmo assim, a desconfiança continuou: nada assegurava que seria cumprida a palavra pelo governo, que tem relação instável com o Congresso.

Diante do impasse, o Planalto mudou a oferta: agora a promessa é de pagamento de R\$ 10 milhões imediatamente, com a abertura do sistema nos ministérios, e mais R\$ 10 milhões no momento da votação no plenário.

Essas emendas adicionais atendem até aos novos parlamentares, que, em tese, só teriam direito a manejar o Orçamento de 2020.

A oferta não agradou à cúpula de PP e PR, dois dos principais partidos do centrão.





Rodrigo Maia
(ao centro)
durante
reunião com
governadores do
Nordeste

Luis Macedo

Esses parlamentares dizem que, por já estarem calejados com propostas não cumpridas pelo governo, só aceitam destravar a Previdência quando todo o processo burocrático de liberação das verbas nos ministérios estiver concluída.

O prazo varia por ministério e depende da capacidade técnica de cada prefeitura.

Líderes do centrão querem atrasar leitura de relatório

Líderes do centrão, o agrupamento de siglas médias comandadas pelo presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM-RJ), afirmam que a proposta da Previdência só deve ser votada na Câmara entre o fim de agosto e o início de setembro.

Caso esse cronograma se confirme, será um atraso considerável em relação ao planejamento inicial de Paulo Guedes (Economia) e de Bolsonaro, que era aprovar a reforma na Câmara e no Senado ainda no primeiro semestre.

Na semana passada, a expectativa da equipe econômica era que a reforma fosse aprovada na comissão especial da Câmara até esta quinta (27), como estimava Maia.

Irritados, líderes do centrão

também querem impedir que o relator da reforma, Samuel Moreira (PSDB-SP), apresente nesta quinta a nova versão da proposta.

Integrantes do grupo que representa a maioria da Câmara afirmam que a leitura do novo relatório deve ocorrer apenas na próxima semana, provavelmente na terça (2).

Sem acordo com o centrão, Moreira não divulgou nesta quarta-feira (26) a nova versão do parecer. Enquanto ele estava na comissão especial na expectativa de ler o texto, líderes partidários se reuniram com Maia para discutir mudanças na reforma.

Deputados querem que o PSL, partido de Bolsonaro, desista de buscar regras mais benéficas para profissionais da segurança pública, o que desidrataria a reforma num momento em que parlamenta-

rem têm desgaste político em votar uma medida impopular.

Por outro lado, parte do centrão insiste em que Moreira suavize os critérios de aposentadoria para professores e para os próprios parlamentares.

Declaração da líder do governo, Joice Hasselmann (PSL-SP), também desagradou a lideranças da Câmara. Ela informou que o governo negocia mudanças no BPC (benefício pago a idosos e deficientes).

Apesar de a proposta de Hasselmann facilitar o recebimento do benefício para famílias com pessoas com doenças raras e deficiência, a ideia não foi bem explicada e deputados interpretaram como algo ruim para a população.

Acordo por estados e municípios continua travado em comissão

Após mais uma tentativa de Rodrigo Maia (DEM-RJ), continuam travadas as negociações em busca de um acordo para que a reforma tenha efeito para estados e municípios.

Maia se reuniu com governadores do Nordeste nesta quarta (26), mas ainda não se chegou a um entendimento.

“Não faz diferença estar na reforma ou fora se não é uma reforma que dá solução ao déficit da Previdência”, disse o governador do Piauí, Wellington Dias (PT). O governador da Bahia, Rui Costa (PT), também nega que a reforma resolverá o problema dos estados.

Líderes que representam a maioria da Câmara rejeitam aprovar uma reforma da Previdência que ajude no ajuste de contas de governadores e prefeitos que fazem campanha contra a proposta.